



PARA ALÉM DO AZUL E ROSA: REFLEXÕES SOBRE A MANUTENÇÃO DAS FEMINILIDADES E MASCULINIDADES NO COTIDIANO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Edimauro Matheus C. Ramos ¹

Aracely Mehl Gonçalves ²

RESUMO

O artigo tem o intuito de refletir sobre a reprodução das relações de gênero no cotidiano da Educação Infantil, ponderando sobre os traços de feminilidade e de masculinidade que a crianças são expostas e enquadradas, segundo a percepção heteronormativa que interpela o processo pedagógico. Analisando tal panorama dos dispositivos de gênero e as pedagogias que impulsionam a estruturação dessas relações, o presente artigo que, parte da revisão bibliográfica, pretende salientar os fatores que corroboram para a desigualdade de gênero nesta instância, a fim de repensar uma prática democrática sem estereótipos. Ao se aproximar do aporte teórico pertinente à temática trazida ao centro da problematização, constata-se que os arquétipos de feminilidade e masculinidade são marcados pelos mais diversos mecanismos de gênero que perpassam o cotidiano infantil, sustentadas por concepções e abordagens que demarcam espaços, corpos e infâncias. Desta forma, fazem-se necessárias abordagens e ferramentas que se desviem desses ditames no referido espaço.

PALAVRAS-CHAVE: Feminilidades. Masculinidades. Educação Infantil.

Considerações introdutórias

As relações de gênero no contexto educacional têm tomado espaço nos debates entre pais e docentes, onde esses debates se dividem entre uma perspectiva de uma educação para a diversidade e entre uma visão simplista, como a propagação do factoide da “ideologia de gênero”, que promoveu a censura de livros infantojuvenis e sob demais formas de regulação.

Contudo, a persistência dos mecanismos de controle exercidos em torno dos comportamentos que se divergem da hegemonia heteronormativa são rigorosos, tendo seu início na primeira infância e se tornando uma realidade no cotidiano da Educação Infantil.

¹ Pedagogo graduado pelas Faculdades Integradas de Itararé/SP edimauroamos@hotmail.com

² Mestre em Educação. Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR. aracelymehl@hotmail.com



A Educação Infantil, por sua vez, é alvo de muita proteção ao que se refere aos temas que abordam as diferentes perspectivas de gênero, onde nota-se que há uma visão reducionista acerca das temáticas, fazendo com que tais pautas não sejam nem sequer mencionadas nesta instância, pela pressão conservadora ou pela falta de informações. Orbitando pela atmosfera dessa matriz, a Educação Infantil passa a ser uma modalidade propícia para a reprodução de desigualdades e de ditames de gênero, delineando protótipos inescapáveis de feminilidade e masculinidade.

Dialogando com uma pedagogia da sexualidade e do gênero, cujas pedagogias têm como intuito institucionalizar identidades, corpos e gêneros e moldá-las nas balizas de referência, o reforço dos modelos de masculinidade e feminilidade vigentes corroboram para a estruturação e o reforço de abordagens desiguais de gênero. Tais pedagogias, segundo Louro (1997), se manifestam através de inúmeras táticas de disciplinamento, onde se aprende a ter vergonha e culpa, submetendo as vítimas à censura e ao controle.

Isso posto, o presente estudo, que parte da revisão bibliográfica, tem como enfoque repensar e tecer reflexões para o campo educativo, buscando desviar-se de estigmatizações e problematizar os marcadores de gênero que norteiam as práticas desta modalidade, promovendo reflexões significativas que conduzam diálogos sobre o respeito à diversidade e questionando as relações de gênero a fim de agenciar a igualdade no núcleo da Educação Infantil.

Caminho metodológico

O artigo se compõe através da revisão bibliográfica de livros e artigos científicos sobre os temas gênero e seus diálogos com a Educação Infantil. A noção pós-estruturalista sobre gênero presente nas contribuições de Louro (1997) e Butler (2003) e de demais autores e teóricos sustentam essa pesquisa.

No primeiro momento, o artigo traz um breve histórico sobre a presença da diversidade de gênero e a sexualidade nos documentos educacionais, ressaltando seus êxitos e insucessos. Posteriormente, o artigo se move para uma reflexão de como são estruturados os enquadramentos de feminilidade e masculinidade no espaço da Educação Infantil, salientando que essa modalidade educativa é o estopim para o reforço das relações de gênero e do sexismo. Por fim, o estudo apresenta apontamentos e ponderações sobre como subverter esse sexismo e quais recursos facilitariam esse feito.



As temáticas gênero nas políticas educacionais para a Educação Infantil

A infância é concebida culturalmente como a etapa que percebe a criança como um ser de inocência, cercada por uma redoma que a protege quando os assuntos são as identidades e possibilidades de vivenciá-la através de situações que transpassam as suas fronteiras. Na escola, esses pequenos sujeitos são vistos como passivos e necessitam de monitoramento e contra esses desvios, segundo a visão sociocultural. No entanto, Educação Infantil, espaço em que se inserem essas crianças, não está neutra na busca pelo respeito às diversidades.

O sistema educacional brasileiro, engajado em provocar argumentações às questões referentes ao gênero e às sexualidades que permeiam a Educação Infantil, possui um arcabouço da garantia de pauta desses temas. Entre os documentos, estão: o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) de 1998, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) de 2009 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2017. Este último documento, diferente dos demais, suprimiu esses debates do currículo.

O RCNEI fomenta sobre a importância da problematização das questões que se referem ao gênero e a sua diversidade, dispondo no segundo volume do documento “Formação pessoal e social”, duas seções específicas com o título “respeito à diversidade” e “identidades de gênero”. O documento permite compreender que:

No que concerne a identidade de gênero, a atitude básica é transmitir, por meio de ações e encaminhamentos, valores de igualdade e respeito entre as pessoas de sexos diferentes e permitir que a criança brinque com as possibilidades relacionadas tanto ao papel de homem como ao da mulher. Isso exige uma atenção constante por parte do professor, para que não sejam reproduzidos, nas relações com as crianças, padrões estereotipados quanto aos papéis do homem e da mulher, como, por exemplo, que à mulher cabe cuidar da casa e dos filhos e que ao homem cabe o sustento da família e a tomada de decisões, ou que homem não chora e que mulher não briga. (BRASIL, 1998, p. 41- 42)

Mas no terceiro volume intitulado “Conhecimento de mundo”, os temas não são tão assíduos. Diferentemente do RCNEI, as DCNEI, em contrapartida, citaram o termo gênero apenas uma vez em toda a extensão do documento, se eximindo de proporcionar orientações para propostas pedagógicas que dizem respeito à diversidade sexual e de gênero, falhando ainda em não especificar as concepções que embasam as práticas defendidas. O posicionamento das DCNEI é:



[...] construir novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a democracia e com o rompimento de diferentes formas de dominação étnica, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa (BRASIL, 2009, p.1).

A Base Nacional Comum Curricular, política que norteia a organização curricular das esferas públicas e privadas a nível nacional, foi promulgada em 2017 e trouxe consigo polêmicas que dizem respeito aos termos identidade de gênero – propagada pelos parlamentares religiosos como “ideologia de gênero” – e orientação sexual, onde os posicionamentos e pressão destes levaram à exclusão de tais conceitos da Base.

Com tal retórica, a noção de ideologia somada ao conceito de gênero, como norteadora das discussões na sociedade e dos planos educacionais do contexto atual, segundo Moura e Salles (2018, p. 140), se torna sinônimo de “violação da moral e das tradições, se torna um tabu que precisa ser ocultado”, ou seja, é nada menos que um discurso híbrido de um conservadorismo exacerbado empregado para excluir sujeitos e suas identidades insubmissas.

Depois da aprovação final da Base, é possível notar que a mesma faz alusão ao respeito às diferenças e aos direitos humanos como um todo, sem descrever os tipos de (in) diferenças a serem problematizadas. O termo gênero aparece 279 vezes em toda a extensão do documento, e nenhuma dessas menções fazem referência à semântica de identidade e diversidade de gênero ou a promoção do respeito à mesma. Abaixo, está um trecho que tem a finalidade de exprimir o respeito às diferenças e como será tratada, mas sem a presença da palavra gênero:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da **diversidade de indivíduos** e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, p. 8, grifo dos autores)

Entre esses avanços e retrocessos produzidos pela inserção/retirada dos termos nos documentos, uma coisa é certa: o tipo de identidade concebida como correta. Compreender esse panorama permite indagar sobre como foram e como estão sendo constituídas as masculinidades e feminilidades na Educação Infantil, uma vez que nela, meninos e as meninas são induzidos a acreditar que devem ocupar diferentes espaços sociais e no mercado de trabalho, aprendendo que ambos têm comportamentos e cores pré-definidos e que qualquer desvio dessa norma estará sujeito à desaprovação e repressão.



A construção das relações de gênero na Educação Infantil: cotidiano de (in)diferenças

As ressignificações promovidas pelo termo gênero têm o intuito de romper com a mera semântica de classificação entre masculino e feminino, se refere, como discorre Saffiotti (2004), às possibilidades de justificar as críticas ao patriarcado, ou seja, assume uma ruptura com as características construídas acerca do exercício de poder e a subalternidade da mulher ao homem, bem como, problematiza as características sexuais como definidoras do gênero.

Judith Butler foi e é uma das grandes representantes das problematizações ao binarismo o atrelamento do gênero ao sexo e as características que o legitimam, nos dizendo que “[...] se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira”. (BUTLER, 2003, p. 24).

Sendo assim, nota-se que o termo gênero se insere na corrente pós-estruturalista³, corrente que se atém aos estudos da organização da sociedade, defendendo a ideia de que tudo é criado e concebido através da cultura e da construção humana, a qual, abrindo espaço para os Estudos de Gênero, das masculinidades, feminilidades e das sexualidades estuda as dimensões que produzem as inúmeras desigualdades e relações de poder nas heterogeneidades raciais e étnicas, de geração e sexuais.

Contextualizando com a Educação Infantil, o desconhecimento dessa visão pós-estruturalista sobre ponderar e debater sobre as relações de gênero se torna passe livre para que meninos e meninas sejam alvos nas relações de gênero que se delineiam e agem de forma sutil no cotidiano destes através de abordagens sexistas, misóginas e homofóbicas. Louro (1997, p. 89), nos diz que “a escola é atravessada pelos gêneros” e que “é impossível pensar sobre a instituição sem que se lance mão das reflexões sobre as construções sociais e culturais de masculino e feminino”, e isso não exime a Educação Infantil.

Neste panorama, a Educação Infantil, de acordo com a reflexão de Vianna e Finco (2010, s/p), “não só cuida do corpo da criança, como o educa: ele é o primeiro lugar marcado pelo adulto, em que se impõem à conduta dos pequenos os limites sociais e psicológicos.” Ainda segundo as autoras, a Educação Infantil promove interações que podem refletir na maneira de conceber o corpo e o gênero:

³Segundo Williams (2012) é uma visão que contesta e se opõe a qualquer certeza de natureza absoluta e desconsidera limites para o conhecimento.



No convívio com os outros – educadores e colegas –, o corpo ganha destaque: os gestos, os movimentos e as posturas são alinhavados socialmente; ganham determinado lugar e uma imagem, segundo padrões de conduta e valores culturais em que cada criança se insere [...] Ele é produzido, moldado, modificado, adestrado e adornado segundo parâmetros culturais. (VIANNA; FINCO, 2010, s/p)

Freire apud Fundação Perseu Abramo (1992), em contraste às ideias das autoras, reflete que nossas condutas correspondem a um determinado tipo de classificação que é apresentada como modelo a ser adotado, onde os que se afastam de tais modelos são reprovados, tido como transgressores ou anormais. Braga e Santos (2017), expressam, de maneira geral, como a escolar produz essas noções de feminilidade e masculinidade, contribuindo e proliferando o sexismo:

Na escola a visão sexista de mundo se materializa em quase todos os lugares que nossos olhos possam alcançar, na fila das meninas, nas salas, carteiras ou cadeiras para elas, nos materiais didáticos, nos brinquedos, nas brincadeiras, nos livros, na postura dos profissionais da educação, no menino que a mãe ensina não chorar (porque homem não chora), na menina que ouve dos pais que ela deve ser recatada, sensível e delicada. (BRAGA; SANTOS, 2017, s/p)

Louro (1997) atribui a essa postura de rotular comportamentos de acordo com as expectativas e modelos de gênero às práticas educativas da antiguidade, refletidas ainda na didática contemporânea. Segundo a mesma autora, os antigos manuais propunham-se ensinar aos mestres os cuidados que deveriam ter com os corpos dos seus educandos. “O modo de sentar e andar, as formas de colocar cadernos e canetas, pés e mãos acabariam por produzir um corpo escolarizado, distinguindo o menino ou a menina que passara pelos bancos escolares”. (LOURO, 1997, p. 61)

Nesse viés, vemos um dos elementos que assumem os papéis de defensores de hegemonias: a cor azul encarrega-se de defender a masculinidade dos meninos, enquanto a cor rosa representa as meninas. O discurso da “nova era” idealizada pela ministra dos Direitos Humanos Damares Alves⁴, acalorou esses debates na internet, onde a mesma deixou claro seu posicionamento favorável sobre o combate à tendenciosa e falaciosa “ideologia de gênero” na Educação.

⁴ Trecho do vídeo onde a Ministra profere a frase: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/emvideo-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>



Ruis e Perez (2017) ratificam que o espaço escolar se configura em um meio em que são promovidas diferenças entre meninos e meninas. Na Educação Infantil o reforço dessas premissas é constante, pois, para Filha (2012), as cores rosa e azul transformaram-se em marcas identitárias que tendem a definir as feminilidades e masculinidades. Os brinquedos que são disponibilizados nesses espaços, como aponta Bujes (2004), têm um papel modulador acerca das crianças e adultos e nos significados atribuídos por esses sujeitos aos objetos. Carvalho (2015) sugere que é só entrar em uma loja de brinquedos, olhar a fileira das meninas e a dos meninos e constatar essas diferenças.

Nesse contexto, os brinquedos que elucidam agressividade e resistência são predominantes do sexo masculino, já os brinquedos que fazem alusão aos serviços domésticos e à docilidade servem para polir protótipos de feminilidade. Junior, Maia e Ivenicki (2018) se convencem que os jogos e brincadeiras do cotidiano infantil nos mostram, sem sombras de dúvida, o operar do pensamento hegemônico e os reforços rumo à sua naturalização.

Nessa perspectiva, Ruiz e Perez (2017) endossam que a separação de meninas e meninos acontece de maneira espontânea nesse espaço, no entanto, carece de reflexão quando em outros momentos, organiza atividades e brincadeiras que favoreçam o sexismo. Conforme Finco (2004, 2010) é frequente que meninos e meninas nesse espaço educativo demonstrem comportamentos que destoem de seus sexos, causando preocupação e alerta aos profissionais da Educação Infantil.

Outro contexto bem saliente em que as relações de gênero e as perspectivas das masculinidades e das feminilidades são as atividades que envolvem o corpo. A diferença de desempenho entre meninos e meninas não são preponderantes apenas com o sexo feminino, mas existe uma grande predominância (BRITO; SANTOS, 2013). Ainda conforme os autores, a competitividade é um elemento que está intrínseco na reação dos meninos, evidenciando a construção cultural do comportamento masculino.

Contudo, as crianças que cruzam as fronteiras descritas ao decorrer desta seção são repreendidas e levadas a compreender que existe um limite, uma distinção. Influenciados e cercados por essas falas e rótulos, as crianças se tornam produtos de um cotidiano reprodutor do sexismo, as crianças estreitam os primeiros contatos com abordagens homofóbicas, machistas e misóginas.



Limites e possibilidades para uma prática pedagógica que vá além das relações de gênero

Perante o que foi exposto fica evidente que a escola é atravessada por gêneros e expressões identitárias que nem sempre têm correlação com padrões pré-estabelecidos, constituindo-se num espaço plural que abriga alunos com personalidades também divergentes. Entretanto, faz-se necessário problematizar os binarismos e determinismos que cercam o gênero. Vygotsky (2006, p. 173) pressupõe que “[...] a criança imita os mais velhos em suas atividades padronizadas culturalmente, ela gera oportunidades para o desenvolvimento intelectual”

Adichie (2014, p. 25), em seu discurso, aponta uma reflexão para que essas problematizações sobre padrões hegemônicos sejam disparadas, onde “[...] a pessoa mais qualificada para liderar não é a pessoa fisicamente mais forte. É a mais inteligente, a mais culta, a mais criativa, a mais inovadora. E não existem hormônios para esses atributos.” Muzskat (2018, p. 10), sob a mesma reflexão exposta por Adichie, questiona os construtos das feminilidades e das masculinidades: “[...] se não existe um destino psíquico ou biológico na forma de ser mulher, de se comportar como mulher, por que existiria um destino biológico que definiria a forma de ser homem?”

Desconstruir tal problema e compreendê-lo nessa ótica pós-estruturalista não é tarefa fácil, segundo Ferrari (2016), ainda mais no espaço da Educação Infantil. Tal desestabilização demanda de uma série de fatores que irão nortear uma prática educativa preocupada em desviar-se das relações de gênero, dialogando com o respeito e garantindo a igualdade preconizada nas políticas educacionais citadas anteriormente. Finco (2008) crê que a solução “[...] seria contar com uma formação docente capaz de promover um espaço de convivência democrática baseada em uma educação igualitária e não sexista”, condicionando o olhar para uma concepção menos heteronormativa e menos compulsória.

Sayão apud Bíscaro (2009, p. 46) apontam que “[...] um olhar investigador proporciona aos professores e as professoras uma qualidade em seu trabalho e reduz drasticamente o prejuízo que os preconceitos e as atitudes moralizantes impõem às crianças com quem trabalhamos.” De forma interdisciplinar, lúdica e reflexiva, a articulação das questões de gênero e a Educação Infantil será possível e necessária, questionando as práticas sexistas e binárias, bem como implodir tais relações presentes nesse espaço.



Contudo, Daniela Finco (2004, p. 15) sugere que:

É necessário desconstruir a lógica binária na apresentação do mundo para as crianças: enquanto os brinquedos e brincadeiras estiverem sendo associados a significados masculinos e femininos, que hierarquizam coisas e pessoas estaremos apresentando a meninos e meninas significados excludentes. (FINCO, 2004, p. 15)

Portanto, cabe ao docente promover uma educação não-sexista capaz de refletir sobre as práticas educacionais cotidianas, descobrindo e redescobrando significados. O pouco conhecimento sobre as temáticas de gênero e sexualidade apresenta-se como um dos fatores pelos quais professores e professoras na maioria dos casos continuam ensinando, mesmo que discretamente, modos de ser e de se comportar de maneira diferenciada e desigual para meninos e meninas (FELIPE, 2004 apud BÍSCARO, 2009, p. 34).

Arcari (2019, p. 71), ressalta que falar sobre gênero nos espaços educativos “[...] é urgente e significa questionar as assimetrias de poder presentes em todas as relações de nossa sociedade.” Lins, Machado e Escoura (2016, p. 10) contribuem com possíveis questionamentos:

E se a menina não se sentir bem de batom? Ou o menino odiar futebol? Qual a consequência de dizer que a força é uma característica dos meninos? Significa que as mulheres não podem ser fortes? Ou ainda, que meninos podem usar a força para obter aquilo que desejam? (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016, p.10)

Desta forma, estabelecendo diálogos e reflexões sobre a discussão trans e interdisciplinar das relações de gênero e dos efeitos que essas questões produzem na constituição das masculinidades e feminilidades, é possível transformar o espaço da Educação Infantil em um âmbito aberto aos deslocamentos de gênero, concebendo os meninos e meninas como seres de possibilidades identitárias e sociais.

Considerações finais

As expectativas em torno das feminilidades e masculinidades no núcleo da Educação Infantil reforçam o sexismo e as relações de gênero que não permitem que os alunos ultrapassem as fronteiras estipuladas pelo trinômio sexo-sexualidade-gênero. Contudo, é necessário que a comunidade escolar se atenha aos dispositivos de gênero que exercem hegemonias, fazendo com que as diversas práticas pedagógicas não sejam sinônimo de medo, de vigilância ou de ansiedade, mas sim, que se desviem desses dispositivos de manutenção.



Sob esses apontamentos, cabe aos profissionais da Educação Infantil e de toda a comunidade escolar, buscar meios em que as desigualdades de gênero sejam cada vez menos assíduas nesse espaço, já que as diretrizes educacionais respaldam que as crianças sejam respeitadas e ensinadas a respeitar a variedade de identidades que perpassam pelo chão da escola. Então, preza-se que o foco dessa instância educativa seja em desviar-se de ações que empobrecem possibilidades, mas que enriqueçam estratégias de enfrentamento a essas desigualdades.

Referências

ARCARI, C. Empoderamento de meninas e masculinidades positivas. In: RIBEIRO, Marcos. (Org.) **A conversa sobre gênero na escola: aspectos conceituais e político-pedagógicos**. Rio de Janeiro, Wak Editora, 2019.

ADICHIE, C. N. **Sejamos todos feministas**. Companhia das Letras. 2014.

BÍSCARO, C. R. R. **A construção das identidades de gênero na educação infantil**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, 2009.

BRAGA, S. O, SANTOS, R. Relações de gênero e educação infantil: alternância de papéis e ludicidade. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro SP, 4 (1): 249-273, 2017. Disponível em: <http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/50/26042017193430.pdf>. Acesso em: 08 abr 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Governo Federal. **Base Nacional Curricular Comum**. 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 02 abr. 2020

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**: Resolução n. 5. Ministério da Educação e Cultura. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/mais-educacao/323-secretarias-112877938/orgaosvinculados-82187207/13684-resolucoes-ceb-2009>>. Acesso em: 02 abr. 2020.

BRASIL. Referencial Curricular Nacional. Ministério da Educação e Cultura. Brasília, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2020.



BRITO, L. T.; SANTOS, M. P. Masculinidade na educação física escolar: um estudo sobre os processos de inclusão/ exclusão. **Revista Bras. Ed Física Esporte**, v. 27, n. 2, p. 235–246, 2013.

BUJES, M. I. Criança e brinquedo: feitos um para o outro? In: COSTA, Marisa (Org.). **Estudos culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema**. Porto Alegre: Universidade, 2004.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 15ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, M. G. A dicotomia masculino x feminino na construção do gênero e suas implicações sociais. In: COVOLAN, N. T, OLIVEIRA, D. C. **Educação & diversidade: a questão de gênero e suas múltiplas expressões / Nadia Terezinha Covolan; Daniel Canavese de Oliveira**. (Orgs.) – Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2015.

FERRARI, J. S. Diferenças entre as brincadeiras de meninos e meninas. **Brasil Escola**, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/psicologia/diferencas-entre-as-brincadeiras-meninosmeninas.htm>>. Acesso em: 27 jul. 2019.

FILHA, C. X. A menina e o menino que brincavam de ser...: representações de gênero e sexualidade em pesquisa com crianças. **Revista Brasileira de Educação**. V. 17, n. 51 set.-dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n51/08>. Acesso em 09 mai. 2020.

FINCO, D. **Socialização de gênero na Educação Infantil**. Ciências e letras. Porto Alegre, n. 43, p. 261-274, jan./jun. 2008. Disponível em:<www.fapa.com.br/cienciaseletras>. Acesso em: 15 jul. 2019.

FINCO, D. **Educação infantil, espaços de confronto e convívio com as diferenças: análise das interações entre professoras e meninas e meninos que transgridem as fronteiras de gênero**. 2010. 216f. Tese (Doutorado em Educação) –Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, SãoPaulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-20042010-135714/pt-br.php>>. Acesso em: 08 mai 2020.

FINCO, D. **Faca sem ponta, galinha sem pé, homem com homem, mulher com mulher: relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na pré-escola**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) –Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Memória Paulo Freire**. Revista Teoria e Debate, n. 17, p. 1-16, jan./mar., 1992.

JUNIOR, P.M.S; MAIA, M.V.C; IVENICKI, A. Homens por vir: reflexões sobre o processo de construção das masculinidades na educação infantil a partir de jogos e brincadeiras. **Rev. Educ. Perspec.** Viçosa, MG v.9 n.1 p.67-86 jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/view/884>. Acesso em: 02 mai.2020.



Revista Pedagogia – UFMT

Número 12

Julho 2020

LINS, B.A; MACHADO, B. F; ESCOURA, M. **Diferentes, não desiguais:** a questão do gênero na escola. São Paulo: Reviravolta, 2016.

LOURO, G.L. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós- estruturalista. RJ, 16ª ed. Editora Vozes, 1997.

MOURA, F.P; SALLES, D, C. O Escola Sem Partido e ódio aos professores que formam crianças (des)viadas. **Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades.** Publicação periódica vinculada ao Grupo de Pesquisa CUS, da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus>. Acesso em: 08 mai 2020.

MUSZKAT, M.E. **O homem subjugado:** o dilema das masculinidades no mundo contemporâneo. São Paulo: Summus, 2018.

RUIS, F. F; PEREZ, M. C. A. Ouvindo meninos: relações de gênero na educação infantil. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, [S.l.], p. 283-294, junho 2017. ISSN 2594-8385. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/10922/7073>. Acesso em: 08 mai 2020.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

VIANNA, C; FINCO, D. Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder. **Cadernos Pagu** (33), julho-dezembro de 2009:265-283. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n33/10>. Acesso em: 01 mai 2019.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

WILLIAMS, J. **Pós-estruturalismo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.